



Nº 4, abril 2011

PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o Desenvolvimento



Perspectivas da Política Externa Brasileira e o Conselho Sul-americano de Defesa

PONTO DE VISTA, Nº 4, abril 2011
ISSN 1983-733X

Marcial A . Garcia Suarez*

i. Introdução

O estudo analisa a política externa brasileira recente propondo o seguinte pergunta: se esta política tem favorecido a integração regional ou não. Para tanto se desenvolve um desdobramento sobre as ações brasileiras mais recentes na cena internacional anos a partir de dois conceitos: *offshore balance* e *selective engagement*.

A hipótese do trabalho é que a política externa brasileira tem trafegado entre, a tentativa de contrabalançar atores centrais na cena internacional e por outro lado selecionando as ocasiões de maneira a maximizar sua posição relativa, caracterizando assim uma política externa de cunho mais realista.

No caminho desta análise propomos então o debate se as posições brasileiras aumentam a complexidade e a dificuldade de uma integração regional eficaz, e para tanto tomamos a análise do Conselho Sul americano de Defesa como objeto de teste da hipótese. Em suma o artigo propõe uma visada sobre a política externa brasileira recente e em qual medida esta se favorece aos elementos necessários à integração regional.

* Professor de Relações Internacionais do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense / Niterói – Rio de Janeiro

ii. A Política Externa Brasileira e seus matizes históricos

Ao se tratar do tema da Política Externa Brasileira (PEB), se pode pensar em algumas aproximações possíveis, entre elas: um recorte histórico, fenomenológico, personalístico entre outros tantos possíveis. Para este estudo, entretanto, parece ser interessante dar uma visada ampla sobre a PEB ou a política diplomática brasileira para que se possa com maior clareza explorar as distintas adaptações que estaso0freu de acordo com os distintos contextos históricos.

Cervo e Bueno em seu estudo *História da Política Externa Brasileira* (1992) oferecem uma interessante introdução aos marcos gerais da PEB. Os autores desenvolvem sua análise em três momentos distintos nos quais analisam o Brasil imperial (1822-1889), a velha república ou oligárquica (1912-1930) e o período entre guerras e já o contexto posterior a própria Segunda Guerra Mundial.

Tomado o estudo de Cervo e Bueno como uma das referências, se deve indicar que será dada especial atenção aos dois últimos períodos tratados pelos autores. É importante ressaltar que a análise destes não se estabelece a partir de uma retórica pautada pela idéia de que a PEB fora delineada pelas restrições impostas pelos atores centrais, mas antes, por tentativas brasileiras de encontrar seu espaço na cena internacional.

Se o período imperial foi caracterizado pela busca de uma redefinição do papel brasileiro e de sua autonomia, já o período da República Velha pode ser qualificado como um período extremamente interessante, pois o Brasil e sua política externa foram fortemente delineados pelas ações do Barão de Rio Branco.

O retorno à chancelaria durante o período entre 1902 e 1912 marca então uma derivação da diplomacia brasileira marcadamente idealista e “legislativa” para uma perspectiva mais realista e voltada ao interesse nacional, compreendido na sua matriz que se traduz pelo aumento do poder relativo do Estado, indicando claramente o caminho que o Brasil iria buscar, isto é, tornar-se o ator regional de maior relevância.

Cervo e Bueno trazem à tona um período de tempo que se traduz exatamente pelo interstício entre a saída de Rio Branco e a Revolução de 1930, este período é marcado por uma aproximação e uma transferência do eixo diplomático de Londres para Washington. É importante esta anotação, posto que a PEB e sua diplomacia serão delineados ao longo do

século XX por uma maior ou menor aproximação as ações dos Estados Unidos da América do norte.

Desta maneira a PEB vai de um alinhamento a um balanço que fica evidente durante a década de 1930, no qual a política externa de Vargas se mostra interessada no jogo de poder entre os Estados facistas e os Estados liderados por Estados Unidos e por Inglaterra. Este jogo se desdobra e o resultado é a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados contra o eixo facista.

O período pós Era Vargas, traduz uma redefinição da PEB e um alinhamento quase que automático com a política externa norte americano no contexto da guerra fria. Este alinhamento se dá claramente no período do governo de Eurico G. Dutra (1946-1951), exemplos desta posição são o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a ruptura de relações com a União Soviética. O retorno ao Poder de Vargas em 1951 não altera significativamente o status da PEB, contudo traz consigo o elemento da pressão externa para a abertura ao capital e aos investimentos, este período pode ser *grossa modo* traduzido pelo embate entre o *nacionalismo* e o *entreguismo*.

A Política Externa Independente (PEI) desenvolvida entre 1961 e 1964 foi uma tentativa de explorar maior autonomia em relação a pressão do sistema internacional e dos atores centrais. Alguns pontos foram importantes para esta política externa, tais como: o abandono do alinhamento automático aos EUA, aproximação mais universalista aos atores internacionais, nacionalismo. Entretanto, com o processo revolucionário de 1964 ocorre uma quebra com este processo e uma redefinição da PEB em relação ao sistema internacional e principalmente em relação a bipolaridade, colocando o Brasil novamente em um alinhamento ideológico e pragmático no que diz a política externa norteamericana.

Esta relação, quase que paradoxal – ideológica e pragmática – se dá de maneira a produzir e respaldar os interesses econômicos brasileiros num contexto de estado de exceção interno e num contexto bipolar externo. Destas maneira os governos militares foram caracterizados por posturas diversas; o alinhamento automático de Castello Branco (1964-1967); Costa e Silva (1967-1969) com seu “nacionalismo de fins” e “pragmatismo de meios”; Médici (1970-1973) que absorve os elementos antecessores e adiciona a Doutrina de Segurança Nacional; Geisel (1974-1979) com seu “pragmatismo responsável” e finalmente com o governo Figueiredo que encontra a necessidade de uma reformulação e adaptação ao modelo econômico já desgastado.

O período democrático brasileiro e da PEB reinicia-se em 1985, entretanto, de maneira extremamente tímida considerando o contexto político interno. Hirst e Pinheiro (1995) abordam a inflexão do período de governo Collor e Itamar, delimitando assim o período de 1990 a 1994 como um período de retomada do processo de inserção brasileira no sistema internacional. A agenda deste período se caracterizava, segundo as autoras, por: 1) atualizar a agenda internacional do país de acordo com as novas questões e o novo *momentum* internacional, 2) construir uma agenda positiva com os Estados Unidos e, 3) descaracterizar o perfil terceiro-mundista do Brasil.

Este processo encontrará eco na agenda neoliberal da década de 1990 e que se caracteriza por alinhamento econômico mais do que apenas ideológico e ou programático em termos de planejamento de longo prazo. A abertura econômica dá de maneira acelerada ao longo desta década. Um fator importante é o “afastamento” entre as chancelarias dos EUA e do Brasil e o “retorno” brasileiro aos seus parceiros regionais, tendo o MERCOSUL como um dos principais instrumentos criados neste período.

Para Vigevani e Cepaluni (2007) a política externa que marca a década dos 2000* e principalmente do período Lula, pode ser caracterizada como guiada pela “Estratégia da Autonomia pela Diversificação”, segundo os autores;

Muitas das iniciativas do governo Lula da Silva situam-se na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca de coordenação política com países em desenvolvimento e emergentes, com destaque para a Índia, África do Sul, China e Rússia. (Vigevani e Cepaluni, 2007; 275)

Para os autores existem determinadas características que demonstram os matizes entre o período do Governo de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Assim, Vigevani e Cepaluni defendem que o governo Lula da Silva realizou mudanças de ênfases e de tonalidade em sua política externa (ajustes), buscando novas formas de inserção internacional para o país (mudanças de programa).

Seguindo a análise dos autores, estes apresentam a seguinte distinção:

(...)a política externa de FHC defendia a idéia da “autonomia pela participação” no sistema internacional, contrapondo-se à busca da “autonomia pela distância” que prevaleceu até o final do governo Sarney (VIGEVAANI; OLIVEIRA, 2004; FONSECA JR., 1998), enquanto Lula da Silva procurou inserir o Brasil no cenário mundial acentuando formas autônomas, diversificando os

* O período de Fernando Henrique Cardoso, não foi mencionado por ser considerado, de certa forma, uma extensão da política de ampliação de mercados do período Itamar Franco.

parceiros e as opções estratégicas brasileiras. Apesar de existirem elementos de alteração dos rumos do país ainda na administração FHC, Lula da Silva utiliza uma estratégia que poderia ser batizada de “autonomia pela diversificação”, enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa. (Ibid, 2007; 283)

É clara a diversificação da PEB no governo Lula a partir da ótica de Vigevani e Cepaluni. Há um privilégio das relações entre atores diferenciados, tanto ao nível regional quanto internacional, neste contexto vê-se a diplomacia brasileira atuando em diferentes fóruns e em diferentes níveis. Ao mesmo tempo em que o Brasil participa de ações junto ao G8, atua conjuntamente ao G20 e amplia sua participação junto aos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China).

iii. Do Institucionalismo ao realismo? *Offshore Balancing e Selective Engagement*

O marco teórico apresentado é neorealista e parte do pressuposto que os estados tendem a maximizar sua posição relativa no sistema internacional o qual é estruturado em função do poder e anárquico. Obviamente que os Estados não são atores cegos que não se vêem ou solipsistas em absoluto, contudo, as relações incluso de integração tem como um de seus motivadores a qualificação da posição relativa no sistema internacional.

Difícilmente poderemos pensar em anarquia no sistema internacional sem tocar em dois conceitos iminentes, a saber; dilema de segurança e equilíbrio de poder. Robert Jervis (1978) apresenta uma análise voltada para a comparação entre ganhos e perdas com relação a cooperação e não-cooperação, ambas motivadas por uma maior capacidade de *confiar no outro ou não*. Através de uma análise combinatória simples[†] o autor discute as variáveis pautadas sobre o dilema de segurança.

Entre os pontos que Jervis aborda estão as distintas compreensões que os atores possuem da própria substância do dilema de segurança, dos aspectos relativos a maior vantagem residir na capacidade para o *ataque ou na defesa*. Talvez possamos traduzir as proposições centrais do autor no qual relaciona postura ofensiva como sendo *não-distinguível* da postura defensiva e, por outro lado, postura defensiva sendo *distinguível* da postura ofensiva e como variáveis dependentes Jervis afirma, o ataque possui vantagem e, de outro lado, a defesa possui

[†] Exemplo: Temos dois elementos A – B com variáveis dependentes (cooperar e não cooperar): A e B cooperam, A coopera e B não, A não e B coopera, A não coopera e B não coopera. Sobre estas combinações o autor utiliza três exemplos de jogos: Caça ao veado (N/C), Dilema do prisioneiro (C/C), “Chicken” (C/N).

vantagem. O cenário mais instável é aquele no qual um Estado não pode concluir acerca das intenções do outro e acredita que o ataque é a melhor estratégia, sendo assim temos um alto grau de possibilidade de conflito. No cenário extremo no qual é possível distinguir a postura do outro Estado e a defesa é a estratégia privilegiada, não existe o dilema de segurança e o sistema se torna estável, pois o conflito se torna improvável.

Oye (1986) parte da premissa de que a anarquia é uma condição existente nas relações entre os Estados. Seu fundamento analítico é uma combinação de Microeconomia e Teoria dos Jogos, e sob esta matriz o autor esboça três pontos principais de discussão: a) Payoff Structure; b) Shadow of the future: Single-Play and Iterated Games; c) Number of Players: Two-Person and N-Person Games.

É possível analisar o estudo de Oye e sua tentativa de explorar os limites e as contraposições à cooperação. O autor retorna a Jervis (1978) utilizando exemplos[‡], considerando sobre as diferenças de ganhos que cada resultado oferece. A última instância de análise relativa a cooperação refere-se, a dificuldade de explicar um sistema complexo através de jogos binários (dois atores), posto que o grau de incerteza aumenta proporcionalmente em relação ao número de jogadores. Oye *faz uma aposta* na capacidade de comprometimento dos governos e dos acordos, entretanto, parece diluir a sua noção e o peso do dilema de segurança ao longo de seu texto.

Em Glaser (1999) somos apresentados ao *Realismo Contingente* que tenta superar as limitações do realismo estrutural de K. Waltz e ao mesmo tempo tenta desvencilhar-se do institucionalismo de R. Keohane. O realismo contingente de Glaser aparece como uma versão mais *soft* do realismo estruturalista de Waltz e mais ainda se consideramos Mearsheimer[§] (1998). Partilha basicamente de três fontes, a saber; Realismo Estrutural, Teoria de Controle de Armas e Teoria da Cooperação. Glaser tenta ultrapassar os limites (assim designados pelo autor) tanto dos neo-institucionalistas como dos realistas estruturais. Entretanto, ficam brechas tanto do lado realista estrutural como do lado cooperativista de sua análise. Glaser considera necessário certo grau de entendimento entre os Estados, e aqui esbarramos novamente numa questão fundamental: Sob quais critérios se daria este entendimento? Uma resposta possível, segundo Glaser, através de três estratégias: controle de armas, defesa unilateral, e uma contenção unilateral.

[‡] Os exemplos referidos são os dos jogos: Prisioneiro, Caçada e Chicken.

[§] Mearsheimer (1998) *The Tragedy of Great Power Politics*.

Glaser utiliza o conceito de contingência para escapar as acusações de determinismo sofridas pelo realismo estrutural de Waltz, mas ao mesmo tempo, parece não dar conta de que ao utilizar o conceito de contingência**, é obrigado, por força do conceito, a entrar em contradição, e as suas restrições ao dilema de segurança (por ex.) postas num cenário de contingência retornam ao serem projetadas no tempo futuro, onde o grau de incerteza é desconhecido.

Para propor a discussão a seguir, iremos destacar dois estudos que oferecem um arcabouço teórico interessante para se analisar as posturas brasileiras no que tange ao Conselho de Defesa Sul-americano. Christopher Layne (1999) em seu artigo *From Preponderance to Offshore Balancing* desenvolve uma análise sobre uma redefinição da postura estratégica dos Estados Unidos da América no cenário global. Esta claro que não há o objetivo de fazer um paralelo, mas sim captar os elementos centrais que traduzem este processo decisório estratégico. Robert J. Art em seu estudo *The Strategy of Selective Engagement* (1999) oferece a outra via analítica, e se pauta pela definição de interesses básicos e o posicionamento político sendo determinado por estes interesses nacionais básicos no contexto do sistema internacional. Não há uma distinção forte entre ambas perspectivas, contudo, elas oferecem respostas distintas aos processos políticos e os analisam de maneira específica.

Para Layne esta estratégia possui dois objetivos centrais: a) evitar conflitos futuros; b) aumentar o poder relativo no sistema internacional. A perspectiva fundamental é a de que um Estado através de ações de equilíbrio e definição clara de seus interesses pode agir de maneira mais objetiva e diminuir seus riscos aumentando as chances de êxito. Segundo Layne, então offshore balancing se distancia de uma posição hegemônica, pois oferece ao ator maiores graus de liberdade para decidir aonde deve intervir ou analisar com mais precisão em qual grau seus interesses estão ameaçados.

Os pontos centrais deste posicionamento estratégico partem do pressuposto de uma insularidade geopolítica em termos de ameaça, logo, o ator pode voltar-se para “fora” a fim de equilibrar com os atores emergentes. O crescimento econômico é basilar além de que este passa por uma revitalização da economia interna também. No caso brasileiro este

** O qual na tradição latina, a tradução do termo foi feita por Boécio (480-525), que considerava o conceito de contingente relacionado com o *que é possível*, contudo, existe uma distinção que deve ser estabelecida – a saber: Ao pensarmos sobre a possibilidade de um evento, podemos em contrapartida considerar a sua impossibilidade, entretanto, ao pensarmos a contingência de um evento, não podemos pensar a sua "incontingência"

posicionamento estratégico pode ser desdobrado através da seguinte proposição: Não havendo um contencioso regional e nem tampouco ameaças ao Estado que exijam uma agenda especial em termos de defesa, a PEB pode voltar-se ao cenário internacional a fim de ‘jogar’ com os atores centrais nos mais diversos fóruns sem necessariamente envolver-se em riscos de segurança territorial, *a priori*.

A proposta de Art possui em seu cerne seis pontos centrais, novamente delineados em função da capacidade de projeção de poder dos EUA, contudo o tipo de comportamento pode ser traduzido da seguinte forma:

- a) Garantir a segurança;
- b) Prevenir conflitos que ameacem a estabilidade internacional;
- c) Manter o fluxo de bens e matérias primas (principalmente energéticas)
- d) Manter um sistema econômico internacional aberto;
- e) Ampliar a democracia e os direitos humanos;
- f) Desenvolver uma agenda “verde”^{††}

Este delineamento estratégico traz consigo a necessidade de que o estado defina para si próprio seus interesses nacionais. No caso do Estado brasileiro esta agenda ou os pontos abordados por ela, são completamente enquadrados na política interna e externa adotada pelo Brasil. Ao analisarmos os dados econômicos podemos considerar que o *modus operandi* do sistema econômico internacional tem favorecido a posição brasileira. Desta maneira encontramos evidências dos estudos e das afirmações de um *soft balancing* ou como Flemes (2010) afirma

O crescente protagonismo das potências emergentes na economia mundial e na governança global após a bipolarização tem sido discutido sob os rótulos de potências emergentes, grandes potências, potências médias e Estados centrais (Chase, Hill e Kennedy: 1996; Schoeman: 2003; Hakim: 2004; Soares de Lima e Hirst: 2006; Hurrell: 2006; Flesmes: 2008). (Flemes, 2010: 141)

iv. O Conselho Sul americano de Defesa (CDS)

A diplomacia brasileira tem-se detido em questões que ultrapassam as questões relativas a uma aproximação comercial somente. No âmbito inter-estatal a UNASUL (União das

^{††} Uma definição bastante simples de uma agenda verde, seria a estipulação de marcos regulatórios no que diz respeito a emissão de “gases estufa”, por exemplo.

Nações Sul-americanas) é sem dúvida o feito político regional de maior relevância estratégica e no interior deste projeto de integração está o CDS.

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) está constituída pelos doze países da América do Sul. Teve sua origem em 2004, com a criação da “Comunidade Sul-americana de Nações”, na III Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul, realizada em Cusco, Peru. Em 2007, durante a I Cúpula Energética Sul-americana (Isla Margarita, Venezuela), decidiu-se adotar o nome “União de Nações Sul-Americanas”, denotando o elevado grau de compromisso que se pretende alcançar. Evidentemente que é um projeto de longo prazo e no qual a integração regional é seu elemento amalgamador.

O CDS foi criado a partir da proposta do Ministro da Defesa Brasileiro Nelson Jobim, a fim de propiciar ao entorno regional uma maior interação nas questões de defesa e segurança. Este projeto foi lançado em 2008, e possui como um de seus desafios mais significativos integrarem atores em função da equalização de definições de agendas de Segurança e Defesa. Pode-se considerar que um das barreiras mais claras a este processo diz respeito as Forças Revolucionárias de Colômbia, por exemplo. Esta questão se coloca de maneira ímpar, pois para a Colômbia as FARC são uma ameaça a integridade e a segurança nacional e para este ator estatal não há uma contrapartida dos parceiros regionais em torno dessa percepção.

O estatuto do CDS em seu artigo 4 estabelece como objetivos gerais:

- a) Consolidar América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos, e como contribuição para a paz mundial.
- b) Construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e o Caribe.
- c) Gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em materia de defesa.

A questão colombiana versus os objetivos gerais já demonstra a complexidade da tarefa a qual o CDS está destinado. Dentre os objetivos específicos podemos destacar dois pontos:

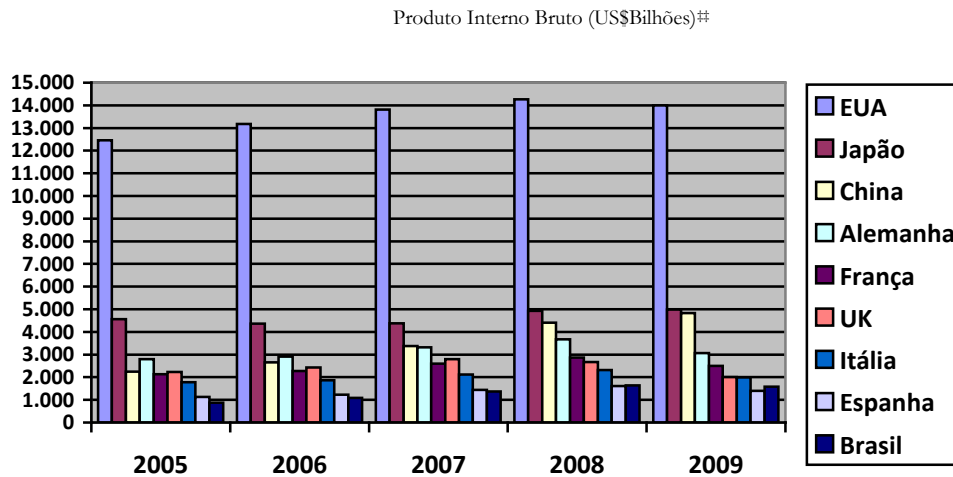
- a) Avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta em matéria de defesa.

b) Promover a troca de informação e análise sobre a situação regional e internacional, com o objetivo de identificar os fatores de riscos e ameaças que possam afetar a paz regional e mundial.

O CDS possui um amplo espectro de ações que buscam através da integração entre as agendas de defesa a constituição de uma identidade sul americana, contudo, as políticas externas dos estados membros devem possuir entre si um elevado grau de comprometimento em seus objetivos.

v. A política externa Brasileira e o Conselho Sul americano de Defesa

O grau de percepção da posição relativa dos atores no sistema internacional se dá especialmente pelo seu status econômico, ou seja, qual seu papel na produção e na circulação de riquezas no sistema internacional. Desta maneira a diplomacia brasileira lida atualmente com um cenário favorável em termos econômicos. O crescimento do PIB pode indicar esta posição:



O Brasil passa de um produto interno bruto de menos de um trilhão de dólares em 2005 para um PIB de 1.5 trilhão de dólares em 2009. Esta posição relativa permite ao Brasil estabelecer novas agendas, entre elas: Segurança e Defesa. Não há dúvidas que nesta agenda o CDS representa um importante fator a ser analisado. Desta maneira compreende-se que o

^{##} Fonte: Banco Mundial e FMI (World Economic Outlook)

Brasil tem desempenhado uma dupla ação junto ao CDS, isto é, ao mesmo tempo em que desempenha papel importante na sua condução representa um dos principais entraves ao desdobramento de uma política de maior integração, seja na esfera econômica ou em defesa e segurança.

Esta paradoxal posição pode ser compreendida se analisarmos a política externa brasileira recente, particularmente em dois momentos específicos, a saber; a deposição do Presidente hondurenho Manuel Zelaya em (2009) e no caso da inserção brasileira na tentativa de acordo com a Turquia na questão nuclear iraniana (2010).

No primeiro caso temos um posicionamento da chancelaria brasileira claramente definida por interesses de garantir que processos autoritários não se tornem novamente costumeiros no entorno latino americano. Esta atitude refletia a posição majoritária dos membros da UNASUL que caracterizaram o episódio como golpe militar. O Brasil neste sentido praticou um exercício de ampliação de esfera de influência sobre a América central, considerando que a missão no Haiti (MINUSTAH) já passa por uma presença brasileira na região.

Há um viés realista neste posicionamento, pois a chancelaria brasileira percebeu que poderia ampliar seu capital político regional agindo conjuntamente com os atores regionais a fim de restabelecer a ordem democrática em Honduras. Desta maneira poderíamos caracterizar esta ação como um *selective engagement*, afirmando então, que a disposição brasileira se motivava por razões de estabilização regional e ao mesmo tempo de ampliação de sua esfera de influência o que resultaria num maximização de seu poder relativo na região da América Central.

O caráter paradoxal se apresenta de maneira mais clara, quando pensamos na recente tentativa brasileira em mediar o acordo conjuntamente com a Turquia, a fim de ampliar e garantir o debate em torno do programa nuclear iraniano. Nesta ação a chancelaria brasileira não se fez respaldada pelo conjunto das ações políticas da UNASUL ou mesmo do CDS, posto que esta ação ultrapassou a esfera de projeção da instituição. O Brasil agiu, em termos regionais, de maneira quase unilateral o que permite visualizar que o planejamento estratégico brasileiro ultrapassa o escopo do CDS. No caso iraniano o Brasil claramente praticou um *offshore balancing*, travando indiretamente uma disputa pelo espaço político e de interlocução com os atores centrais do sistema internacional.

O fato que se quer indicar nesta análise é que o Brasil possui características que o levam a um comportamento realista, e isto se dá por sua condição, econômica, política e

geoestratégica. E assim esta condição, brevemente descrita como paradoxal, também pode ser considerada como um elemento de complexificação para a integração regional, dada as diferenças estruturais dos atores.

vi. Considerações finais

Ao longo deste estudo tentamos nos aproximar do debate em torno de um tema que parece ainda ser nebuloso, isto é, das incompatibilidades que podem emergir no processo de integração regional por causa do volume de deslocamento que o Brasil provoca na região e a forma pela qual tem tratado os temas internacionais.

Ao passo que os atores sul americanos necessitam integrar-se com o Brasil e vice e versa, tem-se um cenário positivo em termos de agenda para a inserção e integração dos atores. Entretanto, dadas as distintas percepções, capacidades e interesses destes atores o processo de integração parece provocar uma inércia institucional significativa.

O Brasil claramente está “jogando” o jogo da política internacional com as cartas do realismo, contudo, estas cartas não se relacionam bem com as da integração, porque uma política realista traz no seu cerne a necessidade inequívoca de maximização de sua posição relativa, ampliação da esfera de influência, o equilíbrio de poder e a negação da emergência de poderes regionais rivais além da potencial necessidade da prática da política do poder^{§§}.

Desta maneira tentamos neste estudo apresentar mais questões do que respostas, posto que ao delinear o potencial de crescimento brasileiro, percebemos que ele tende a se decolar de alguns parceiros regionais e este processo de descolamento pode ser acelerado por um posicionamento excessivamente realista no que diga respeito a projeção de poder.

^{§§} Compreendemos Poder como não apenas militar, mas também econômico, político. Poder na medida que pode influenciar a decisão de outros atores de forma a impor a própria vontade.

Referências

ART, Robert (1999). *The Strategy of Selective Engagement in - Art, R & Watz, K (ed) The Use of Force – Military Power and International Politics*. NewYork: Rowman & Littlefield Publishers - INC.

CERVO Luiz e BUENO Clodaldo (1992). *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo. Ed. Ática.

VIGEVANI T; CEPALUNI G (2007). *A Política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. CONTEXTO INTERNACIONAL. Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, julho/dezembro 2007, pp. 273-335.

GLASER, Charles (2005). “Realists as Optimists: Cooperation as Self Help” In: *Theories of War and Peace*, Cambridge: MIT Press, pp. 94-134.

FLEMES, Daniel (2010). *O Brasil na iniciativa BRIC:soft balancing numa ordem global em mudança?* Rev. Bras. Polít. Int. 53 (1), pp. 141-156.

HIRST Monica; PINHEIRO, Letizia (1995). *A Política Externa do Brasil em dois tempos*. Rev. Bras. Polít. Int. 38 (1). pp. 5-23.

JERVIS, Robert (1978). “Cooperation Under The Security Dilemma” *World Politics*, Vol. 30, nº 2, (Janeiro), pp. 167-214.

LAYNE Cristopher (1999). *From Preponderance top offshore Balance in - Art, R & Watz, K (ed) The Use of Force – Military Power and International Politics*. NewYork: Rowman & Littlefield Publishers - INC.

Ministerio de Defensa Nacional de Chile (2009). *El Consejo de Defensa Suramericano de La Unasur: crónica de su gestación*.

OYE, A . Kenneth (1985). “Explaining Cooperation Under Anarchy: Hypotheses and Strategies”. In: *Cooperation Under Anarchy*, Kenneth OYE (org), OU, *World Politics*, Vol. 38, pp. 1-24.

Ponto de Vista, Perspectivas sobre o Desenvolvimento
Publicações Anteriores

Ponto de Vista, Ano 4, N. 3, Março 2011.

Wallace dos Santos de Moraes, UFF.

Interesses das Associações Coletivas do Empresariado e Políticas Públicas no Brasil na Virada do Milênio.

Ponto de Vista, Ano 4, N. 2, Fevereiro 2011.

Carlos Pinho, IESP-UERJ.

O Nacional-Desenvolvimentismo e o Novo-desenvolvimentismo no Brasil: Trajetórias, Semelhanças e Contrastes.

Ponto de vista, Ano 4, N. 1, Janeiro 2011.

Leticia Busellini, UBA.

Políticas de empleo: análisis de un municipio industrial del Conurbano Bonaerense.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 12, Dezembro 2010.

Fabrizio Pereira, UNILA.

Esquerdas Latino-americanas contemporâneas: Estruturas, caracterização e tipologias.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 11, Novembro 2010.

Arnaldo Provasi Lanzara, IESP-UERJ.

O Novo Funcionalismo Econômico-Sistêmico e o Enfoque "Produtivista" da Seguridade Social.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 10, Outubro 2010.

Nírvia Ravena e Eliana Franco Teixeira, Universidade Federal do Pará.

Usina de Belo Monte: quando o desenvolvimento viola direitos.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 9, Setembro 2010.

Aldo Neri, AAPS.

La política y la cuestión social. Análisis del caso argentino.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 8, Agosto 2010.

Debora Thomé, IESP.

Bolsa Família. Um novo modelo de política da social democracia?

Ponto de Vista, Ano 3, N. 7, Julho 2010.

Daniela de Franco Ribeiro e Barbara Lamas, IESP.

Institutionality and development: pro markets reforms in Argentina and Brazil.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 6, Junho 2010.

Sonia Draibe y Manuel Riesco, CENDA e UNICAMP.

Latin America: a new developmental Welfare State model in the making?

Ponto de Vista, Ano 3, N. 5, Maio 2010.

Ricardo Ortiz y Martín Schorr, UBA.

La rearticulación del bloque de poder en la Argentina post-convertibilidad.

- Ponto de Vista, Ano 3, N. 4, Abril 2010.
Dora Orlansky e Nicolás Chuchco, UBA.
Gobernanza, Instituciones y Desarrollo. Exploraciones del caso de Argentina en el contexto regional, 1996-2008.
- Ponto de Vista, Ano 3, N. 3, Março 2010.
Flavio Gaitán, IESP e UBA.
Reflexiones sobre las tensiones inherentes a las dinámicas de desarrollo.
- Ponto de Vista, Ano 3, N. 2, Fevereiro 2010.
Renato Boschi, IESP.
Estado desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres.
- Ponto de Vista, Ano 3, N. 1, Janeiro 2010.
Florencia Antía e Arnaldo Provasi Lanzara, IESP-UERJ.
Los procesos de reforma previsional en Chile, Brasil y Uruguay.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 12, Dezembro 2009.
Krista Lillemets, Tallin University.
Development and Citizenship in the Semi-Periphery: Reflecting on the Brazilian Experience.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 11, Novembro 2009.
Roberto Ribeiro Corrêa, Universidade Federal do Pará.
Discutindo e intuindo as novas dimensões da governança corporativa de um banco público regional em ambiente de crise financeira global
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 10, Outubro 2009.
Eduardo Gomes e Fabrícia Guimarães, UFF.
Como as Instituições contam: o apoio às pequenas e médias empresas no Brasil e na Argentina.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 9, Setembro 2009.
Jaime Marques-Pereira e Bruno Théret, CNRS.
Mediations Institutionnelles de la Regulation Sociale et Dynamiques Macro-Economiques.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 8, Agosto 2009.
Alejandra Salas-Porras, UNAM.
Basis of Support and Opposition for the Return of a Developmental State in Mexico.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 7, Julho 2009.
Luiz Carlos Bresser Pereira, FGV.
Assalto ao Estado e ao Mercado, Neoliberalismo e Teoria Econômica.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 6, Junho 2009.
Eduardo Salomão Condé, UFJF.
A Rota da Diversidade-Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 5, Maio 2009.

Hernán Ramírez, Universidade Estadual de Londrina.

Arranjos empresariais, tecnocráticos e militares na política. Perspectivas comparativas entre Brasil e Argentina, 1960-1990.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 4, Abril 2009.

João Francisco Meira e Thiago Rodrigues Silame, UFMG.

Institucionalização, Desenvolvimento e Governabilidade na Bolívia e no Paraguai.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 3, Março 2009.

José Mauricio Domingues, IUPERJ.

Desenvolvimento e Dependência, Desenvolvimentismo e Alternativas.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 2, Fevereiro 2009.

Yuri Kasahara, IUPERJ e FGV.

A Regulação do Setor Financeiro Brasileiro: Uma Análise Exploratória das Relações entre Estado e Setor Privado.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 1, Janeiro 2009.

Wallace dos Santos de Moraes, IUPERJ.

Estado, Capital e Trabalho no Contexto Pós-neoliberal na América Latina-Algumas hipóteses de pesquisa.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 5, Dezembro 2008.

Andrés del Río, IUPERJ.

El Proceso Político de Reformas Estructurales en la Argentina.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 4, Novembro 2008.

Aldo Ferrer, UBA.

Perspectivas do Desenvolvimento da América Latina.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 3, Outubro 2008.

Renato Boschi e Flavio Gaitán, IUPERJ.

Empresas, Capacidades Estatales y Estrategias de Desarrollo en Argentina, Brasil y Chile.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 2, Setembro 2008.

Eli Diniz, UFRJ.

Rediscutindo a articulação Estado e Desenvolvimento no novo milenio.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 1, Agosto 2008.

Carlos Henrique Santana, IUPERJ.

Bndes e Fundos de pensão. Inserção externa das empresas brasileiras e graus de coordenação.